

## **IDENTIFICAÇÃO**

Nome: João Tiago Valente Almeida da Silveira

Naturalidade: Lisboa, Portugal

Data de Nascimento: 4 de fevereiro de 1971

## **RESUMO**

**João Tiago Silveira é doutorado em Direito e professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde leciona disciplinas na área do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Urbanismo e Direito Constitucional e é Vice-Presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e membro da Direção da *International Association of Legislation*.**

**Tem atividade relevante no setor privado enquanto sócio da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, onde coordena um grupo de Direito Público. É árbitro-presidente nos tribunais arbitrais do Conselho Económico e Social e árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa.**

**Desempenhou vários altos cargos públicos, entre os quais os de Secretário de Estado da Justiça, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Diretor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. Nessas funções concebeu e executou iniciativas nas áreas da simplificação dos registos, notariado e propriedade industrial, utilização das novas tecnologias nos tribunais, *better regulation*, reabilitação urbana, resolução alternativa de litígios e reforma do Contencioso Administrativo.**

**João Tiago Silveira tem obra publicada e efetua habitualmente intervenções em colóquios e conferências nas áreas do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Urbanismo, Reabilitação Urbana, Simplificação Administrativa e processual, *better regulation* e Direito Constitucional.**

## **I. FORMAÇÃO ACADÉMICA**

1. Doutorado em Direito desde janeiro de 2017, tendo obtido a classificação e “aprovado com distinção e louvor” por unanimidade, com tese subordinada ao tema “Mecanismos de agilização processual e princípio da Tutela Jurisdicional Efetiva no Contencioso Administrativo”.
2. Mestre em Direito desde junho de 2000, tendo obtido a classificação de 17 valores com tese subordinada ao tema “O Deferimento Tácito”, apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
3. Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em Julho de 1994, com especialização na área de Ciências Jurídico-Políticas, com média final de 15 valores.
4. Ensino Secundário e Curso Complementar do Ensino Secundário na área de estudos humanísticos concluídos em 1989, com média de 16 valores, na Escola Secundária D. João de Castro.

## **II. ATIVIDADE PROFISSIONAL**

### **A. Atividade Docente**

1. Professor Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde janeiro de 2017, onde tem lecionado as disciplinas de Direito Constitucional I e II e disciplinas em vários cursos de pós-graduação nas áreas do direito administrativo, contencioso administrativo, legística e direito do ambiente.
2. Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre junho de 2000 e janeiro de 2017, onde lecionou as disciplinas de Direito Administrativo I e II e Direito Constitucional I e II e disciplinas em vários cursos de pós-graduação nas áreas do direito administrativo, contencioso administrativo, legística e direito do ambiente.
3. Responsável pela disciplina de Direito Administrativo I do curso de Gestão Autárquica do Instituto Superior de Educação e Ciências (2011/2012).

4. Responsável pela disciplina de Contencioso do Urbanismo e do Ambiente do Pós-Graduação em Ciências Jurídico Urbanísticas, lecionado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2003/2004).
5. Docente da Academia Militar, onde lecionou a disciplina de Direitos Fundamentais (2002/2003).
6. Docente na disciplina de Procedimento Administrativo lecionada aos alunos do Curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas na Faculdade de Direito de Lisboa (ano letivo de 1998/1999 e 1999/2000).
7. Assistente-estagiário na Faculdade de Direito de Lisboa desde Outubro de 1995 até Junho de 2000, onde lecionou as disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito, Direito Constitucional II, Direito Internacional Público I e Direito Administrativo I.
8. Assistente na Universidade Moderna de Beja de Outubro de 94 a Novembro de 95, onde lecionou as disciplinas de Direito Comunitário (regência) e Direito Constitucional.
9. Monitor na Faculdade de Direito de Lisboa desde o 1.º semestre de 1993 até Outubro de 1995, onde lecionou as disciplinas de Direito Internacional Público I, Direito Constitucional II e Direito do Urbanismo.

## **B. Outras Atividades Profissionais**

1. Sócio da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados e coordenador de um grupo de Direito Público.
2. Árbitro do CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa.
3. Árbitro-Presidente nos tribunais arbitrais do Conselho Económico e Social.
4. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional, entre 26 de outubro de 2009 e 21 de junho de 2011.
5. Secretário de Estado da Justiça do XVII Governo Constitucional, entre 14 de março de 2005 e 26 de outubro de 2009.
6. Reconhecido pela Ordem dos Advogados como Advogado Especialista em Direito Administrativo, em 28 de maio de 2004.
7. Consultor da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, entre outubro de 2003 e março de 2005.

8. Assessor jurídico e secretário em diversas arbitragens, desde novembro de 2002.
9. Diretor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, entre outubro de 2000 e outubro de 2002.
10. Adjunto do Ministro da Justiça, Dr. António Costa, com funções de substituição do Chefe de Gabinete e de acompanhamento da discussão pública e reforma das leis do contencioso administrativo, entre outubro de 1999 e outubro de 2000.
11. Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Dr. António Costa, entre novembro de 1997 e outubro de 1999. Representava o Ministro dos Assuntos Parlamentares nas reuniões semanais de Secretários de Estado.
12. Adjunto do Ministro da Presidência, Dr. António Vitorino, com funções de substituição do Chefe de Gabinete, entre novembro de 1995 e novembro de 1997.

### **III. OUTRAS FUNÇÕES**

1. Membro da Direção da *International Association of Legislation*.
2. Vice-Presidente da Direção do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde julho de 2017.
3. Secretário-Geral do Centro de Investigação de Direito Público do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas entre 2012 e julho de 2017.
4. Vogal da Direção do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre julho de 2014 e julho de 2017.
5. Secretário-Geral do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre novembro de 2011 e julho de 2014.
6. Membro da Comissão Técnica para a preparação do programa para a qualidade e eficiência dos atos normativos do Governo, criada pelo Despacho n.º 12017/2003, do Ministro da Presidência, publicado na II série do DR, de 25 de junho de 2003.
7. Membro do Conselho Superior do Ministério Público, eleito pela Assembleia da República (Resolução da Assembleia da República nº 37/2003, II Série do DR, de 3 de maio de 2003).

8. Coordenador do grupo de trabalho para avaliação e execução das medidas necessárias à reforma do contencioso administrativo.
9. Membro da comissão de acompanhamento das atividades de avaliação e execução das medidas necessárias à reforma do contencioso administrativo.
10. Presidente da Secção Permanente do Conselho Superior de Estatística para o Segredo Estatístico.
11. Vogal do Conselho Superior de Estatística.
12. Membro da comissão para a adaptação da legislação nacional à Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar, em representação do Ministério da Justiça.
13. Membro da Comissão de Acompanhamento do Protocolo assinado pelo Ministério da Justiça e pelo Bastonário da Ordem dos Advogados em 11 de fevereiro de 2000, relativo ao acesso ao direito.
14. Membro da missão da Faculdade de Direito de Lisboa à Faculdade de Direito de Bissau para reativação do seu funcionamento, em dezembro de 1999.
15. *Rapporteur* do relatório *A Seminar Game to Analyze Regional Governance Options for Portugal*, elaborado entre abril e agosto de 1998 pela *RAND Corporation*, com o patrocínio da FLAD.
16. Representante da Presidência do Conselho de Ministros na Comissão Interministerial para o estudo do enquadramento jurídico do processo de transferência de competências para as autarquias, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/96, de 12 de outubro.
17. Estágio de advocacia iniciado em 1994 e suspenso em 1995, tendo como patrono o Professor José Manuel Sérvulo Correia.

#### **IV. ESTUDOS, ARTIGOS e PUBLICAÇÕES**

1. “A jurisprudência da crise e seus resultados”, IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional, Constituição e Crise: A Constituição no contexto das crises políticas e económica, Série IDP Eventos, Brasília, 2017.
2. “A (falta de) gestão nos tribunais, Justiça, 40 anos de políticas de justiça em Portugal (organização de Maria de Lurdes Rodrigues, Nuno Garoupa, Pedro

- Magalhães, Conceição Gomes e Rui Guerra da Fonseca), Almedina, Coimbra, 2017.
3. “O regime de responsabilidade civil extracontratual do estado e demais entidades públicas: comentários à luz da jurisprudência” (em co-autoria com vários outros autores), (coordenação de Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro e Tiago Serrão), AAFDL, Lisboa, 2017.
  4. “*Portuguese Trends on Better Regulation*”, Journal of Legislative Evaluation, no. 10-1 (2016), Korea Legislation Research Institute.
  5. “A agilização processual no processo declarativo não urgente na revisão do CPTA”, *Liber Amicorum* Fausto de Quadros, vol. I, Almedina, Coimbra, 2016.
  6. “A simplificação administrativa no novo CPA”, Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo (coordenação de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), 3.<sup>a</sup> ed., AAFDL, Lisboa, 2016 e 2.<sup>a</sup> ed., AAFDL, 2015.
  7. “A revisão do CPTA e a arbitragem institucionalizada no direito administrativo”, Arbitragem Administrativa n.º 1, 2015.
  8. “Que Justiça queremos?”, Governar com a Troika, Políticas Públicas em Tempo de Austeridade (organização de Maria de Lurdes Rodrigues e Pedro Adão e Silva), Almedina, Coimbra, 2015.
  9. “O processo de massa urgente na revisão do CPTA”, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.
  10. “Programas de *Better Regulation* em Portugal: o SIMPLEGIS” (em co-autoria com Diana Ettner), E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público n.º 1, janeiro de 2014 (<http://e-publica.pt>).
  11. “A decisão administrativa no anteprojecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo”, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 100, julho/agosto 2013.
  12. “Governação de fundos comunitários em Portugal”, O Governo da Administração Pública, Almedina, 2013.
  13. “O potencial do CAAD para a resolução de conflitos de Direito Administrativo”, *Newsletter* do CAAD n.º 1, 2013.

14. “Mitos e realidades do sistema de justiça“, Políticas Públicas em Portugal, INCM e ISCTE-IUL, 2012.
15. “O mecanismo dos processos em massa no contencioso administrativo”, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, vol. IV, Coimbra, 2012.
16. “A extensão dos efeitos de sentenças a casos idênticos no contencioso administrativo”, Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles, vol. I, Almedina, 2012.
17. “Da admissibilidade da restrição temporal de efeitos das decisões de inconstitucionalidade em controle concreto”, Perspectivas de Reforma da Justiça Constitucional em Portugal e no Brasil, Almedina, 2012 (com a colaboração de Irene Terrasêca).
18. “Regime Jurídico do Combate ao Terrorismo: os quadros normativos internacional, comunitário e português” (em co-autoria com Miguel Lopes Romão), Europa: Novas Fronteiras, n.º 16/17 (2005).
19. “A Reforma da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado” (não publicado).
20. “O Deferimento Tácito - Esboço do regime jurídico do acto tácito positivo na sequência de pedido do particular”, Coimbra, 2004.
21. “*Saisie bancaire en droit portugais: Le régime actuel et la réforme des voies d’exécution in L’aménagement du droit de l’exécution dans l’espace communautaire – bientôt les premiers instruments*”, Éditions Juridiques et techniques, Paris, 2003.
22. “O Planeamento e os Custos da Justiça”, Os Custos da Justiça, Almedina, Coimbra, 2003.
23. “A Reforma da Acção Executiva”, Vida Judiciária, n.º 69 (Maio de 2003).
24. “A Reforma do Contencioso Administrativo”, Revista Jurídica da AAFDL, n.º 25, (Março de 2002).
25. “Colectânea de Legislação de Direito Administrativo” (em co-autoria com o Professor Fausto de Quadros), Almedina, Coimbra, 2002.
26. “Direito Administrativo - casos práticos” (em co-autoria com o Professor Fausto de Quadros e as Dras. Margarida Cabral e Mafalda Carmona), AAFDL, Lisboa, 2002.

27. “Gabinete de Política Legislativa e Planeamento”, Legislação, INA, n.º 28 (Abril-Junho de 2000).
28. “Notas sobre a discussão pública da Reforma do Contencioso Administrativo” (em co-autoria com a Dra. Benedita Mac Crorie), Revista Jurídica da AAFDL n.º 24, (Abril de 2001).
29. “A *Hot Pursuit* nos Mares”, Revista Jurídica da AAFDL n.º 24, (Abril de 2001).
30. “O Princípio da Tutela Jurisdicional Efectiva e as Providências Cautelares não especificadas no contencioso Administrativo”, Perspectivas Constitucionais, Nos 20 anos da Constituição de 1976, vol. III, Coimbra, 1998.
31. “Directivas de auto-vinculação em poderes discricionários”, Revista Jurídica da AAFDL n.º 18 e 19 (Dezembro/Janeiro de 1996).
32. “As novas regras processuais relativas às queixas por violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, Revista Jurídica da AAFDL n.º 18 e 19, (Dezembro/Janeiro de 1996).
33. “A Concessão dos Canais de Televisão”, relatório de mestrado apresentado na disciplina de Direitos Fundamentais.
34. “Alguns Aspectos do Contencioso dos Contratos Administrativos”, relatório de mestrado apresentado na disciplina de Direito Administrativo

## **V. PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO EM QUE PARTICIPA COMO INVESTIGADOR**

1. Regras comuns de Legística nos Estados e Regiões Lusófonas, Centro de Investigação de Direito Público/*Lisbon Centre for Research in Public Law*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
2. Observatório Permanente da Administração Pública, Centro de Investigação de Direito Público/*Lisbon Centre for Research in Public Law*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
3. Governance dos Serviços Públicos, Centro de Investigação de Direito Público/*Lisbon Centre for Research in Public Law*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## VI. INTERVENÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS

1. Intervenção sobre “Acesso dos Eleitos Locais à Informação Administrativa: a articulação entre a LAL e a LADA” (com a Dra. Francisca Robalo Cordeiro) em Curso sobre Acesso à Informação Administrativa, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (13 de julho de 2017).
2. Intervenção sobre “As implicações da revisão do CPA para a Administração Pública” em Curso Aprofundado sobre o CPA, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (4 de julho de 2017).
3. Intervenção sobre “Simplificação administrativa na revisão do CPA” em Curso Aprofundado sobre o CPA, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (3 de julho de 2017).
4. Intervenção “*Two tools for improving the quality of legislation: the use of plain language and the use of legislative assessment*” na 2017 KLRI-IAL Conference - *Challenges in legislative Reform: the effectiveness of legislative Evaluation & Methodological Approaches*, organizada pela *International Association of Legislation* e pelo *Korean Legislation Research Institute* em Seul, Coreia do Sul (28 de junho de 2017).
5. Intervenção sobre “Justiça e Inovação em Portugal” no VII Congresso dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (22 de junho de 2017).
6. Intervenção sobre “Gabinetes de Estudo e de Planeamento: prospetiva jurídica na Administração Pública contemporânea” (com o Mestre José Azevedo Moreira) no Seminário para apresentação do Relatório “Gabinetes de Estudo e de Planeamento na Administração Pública do Século XXI”. Organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas/Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa (8 de junho de 2017).

7. Co-coordenador do Curso Aprofundado sobre o CPA, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio a julho de 2017).
8. Intervenção sobre “As Novas Realidades Sustentáveis” na conferências “Que desafios para a Indústria do Futuro”, organizado pela Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (23 de maio de 2017).
9. Intervenção sobre “Redação de Regulamentos e *Better Regulation*” no Curso Regulamentos e Redação Normativa Regulamentar, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (19 de maio de 2017).
10. Intervenção sobre “Licenças para transferência de produtos militares, importação e exportação, o regime do Certificado de Utilizador Final” (com a Dra. Carolina Melo Duarte), no curso de pós-graduação sobre “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (18 de maio de 2017).
11. Intervenção sobre “Acesso à atividade empresarial na área da Defesa: licenças e credenciação” (com o Dr. Gonçalo Sousa), no curso de pós-graduação sobre “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (18 de maio de 2017).
12. Intervenção sobre “Processos de massas, contencioso urgente dos procedimentos de massas e outros mecanismos de agilização processual no Contencioso Administrativo”, no Curso Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (9 de maio de 2017).
13. Participação no debate “Costumes, usos, boas e más práticas: o processo legislativo desmascarado” no Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-

Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (8 de maio de 2017).

14. Intervenção sobre “Aspetos práticos da redação de atos normativos: Organização sistemática, remissões, revogações e republicações” em Formação sobre Legística e Qualidade da Lei organizada pela Assembleia da República (20 de abril de 2017).
15. Intervenção sobre “A Simplificação Administrativa”, em conferência O (novo) Código do Procedimento Administrativo: dois anos de vigência, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa e pelo Conselho Regional Ordem dos Advogados (19 de abril de 2017).
16. Intervenção sobre “Licenciamento Ambiental”, no Curso de Pós-Graduação em Direito do Ambiente, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (30 de março de 2017).
17. Intervenção sobre “Simplificação Ambiental”, no Curso de Pós-Graduação em Direito do Ambiente, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (30 de março de 2017).
18. Intervenção como *commentator* da intervenção “*Law Revision, Law Reform and Legislation-Cutting*”: *Italy as a case study*”, de Fabio Pacini, no *English Speed* da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (29 de março de 2017).
19. Intervenção sobre “O LUA e outros procedimentos administrativos” no *workshop* “O LUA – Licenciamento Único Ambiental”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (24 de março de 2017).
20. Co-coordenador do *workshop* “O LUA – Licenciamento Único Ambiental”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (24 de março de 2017).
21. Intervenção sobre “Políticas públicas de simplificação legislativa” no Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo

- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (21 de março de 2017).
22. Intervenção sobre “O procedimento legislativo governamental” no Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (7 de março de 2017).
  23. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (março a maio de 2017).
  24. Intervenção sobre “Organização e funcionamento dos Tribunais Administrativo” (17 de fevereiro de 2017).
  25. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (fevereiro a maio de 2017).
  26. Intervenção sobre “Democracia, Cidadania e Pluralismo” no X Encontro de Professores de Direito Público, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (28 de janeiro de 2017).
  27. Intervenção sobre “O novo processo de massa urgente e o regime dos processos em massa” em “Curso sobre a revisão do CPTA e do ETAF”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (16 de dezembro de 2016).
  28. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “A revisão do ETAF e do CPTA”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (dezembro de 2016).
  29. Intervenção sobre "Project Finance" no III Curso de Pós-Graduação em Corporate Finance, realizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (29 de novembro de 2016).

30. Intervenção sobre “Simplificação Administrativa em Portugal: sucessos e obstáculos, Conferência sobre Serviços Públicos Digitais PASP – PALOP (25 de novembro de 2016).
31. Intervenção sobre “Arbitragem administrativa institucionalizada: aspetos constitucionais”, realizada em conferência “Arbitragem em Direito Público”, organizada pelo Centro de Arbitragem Administrativa e pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (13 de outubro de 2016).
32. Intervenção sobre “O procedimento legislativo governamental” em curso sobre Ciência da Legislação e Legística organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (27 de setembro de 2016).
33. Responsável pelo curso de Contencioso Administrativo (revisão do CPTA e do ETAF), ministrados no INA (setembro de 2016).
34. Intervenção sobre “Novidade em matéria de arbitragem no anteprojeto para revisão do CCP” em conferência a propósito do debate público para revisão do CCP, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (15 de setembro de 2016).
35. Intervenção sobre “As implicações da revisão do CPA para a Administração Pública” em Curso Aprofundado sobre a Revisão do CPA, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (12 de julho de 2016).
36. Intervenção sobre “Simplificação administrativa na revisão do CPA”, em Curso Aprofundado sobre a Revisão do CPA, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (5 de julho de 2016).
37. Responsável pela disciplina “*Portuguese Law Course*” em curso de Direito e Português na Law School da Beijing Normal University, Pequim (junho de 2016).

38. Intervenção sobre “Aspetos práticos da redação de atos normativos: Organização sistemática, remissões, revogações e republicações” no Seminário sobre Legística e Qualidade da Lei organizado pela Assembleia da República (31 de maio de 2016).
39. Participação no debate “Costumes, usos, boas e más práticas: o processo legislativo desmascarado” no Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (24 de maio de 2016).
40. Intervenção sobre “Licenças para transferência de produtos militares, importação e exportação, o regime do Certificado de Utilizador Final” (com a Dra. Carolina Melo Duarte), no curso de pós-graduação sobre “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (23 de maio de 2016).
41. Intervenção sobre “Acesso à atividade empresarial na área da Defesa: licenças e credenciação”, no curso de pós-graduação sobre “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (23 de maio de 2016).
42. Intervenção sobre “*National Implementation of the ECHR: enforcement of European Court’s decisions*” na “*Lisbon Conference on the Longer-Term Future of the Mechanism of the European Convention of Human Rights*”, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (20 de maio de 2016).
43. Intervenção sobre “Políticas públicas de simplificação legislativa” no Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (4 de maio de 2016).

44. Intervenção sobre “O procedimento legislativo governamental” no Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (3 de maio de 2016).
45. Intervenção sobre “A arbitragem administrativa, o poder local e o CAAD: potencialidades por explorar”, em conferência organizada pelo Centro de Arbitragem Administrativa (29 de abril de 2016).
46. Intervenção sobre “Os Direitos Sociais em tempos de crise financeira”, na conferência “Constituição e Crise – A Constituição no contexto das crises política e económica”, Seminário Luso-Brasileiro de Direito, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (30 de março de 2016).
47. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação em “Ciência da Legislação e Legística”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (abril a maio de 2016).
48. Intervenção sobre “Uma Constituição para o Século XXI”, na conferência “40 anos de Constituição Democrática”, organizada pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento na Universidade de Georgetown, Washington D.C., estados Unidos da América (21 de março de 2016).
49. Intervenção sobre “As comunicações prévias e a decisão do procedimento (incumprimento do dever de decidir e ato tácito)”, em conferência sobre “O Código do Procedimento Administrativo”, organizada pelo Centro de Estudos Judiciários (17 de março de 2016).
50. Intervenção sobre “Processos de massas, contencioso urgente dos procedimentos de massas e outros mecanismos de agilização processual no Contencioso Administrativo”, no Curso de Contencioso Administrativo e Contencioso Tributário, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (14 de março de 2016).

51. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (janeiro a maio de 2016).
52. Intervenção sobre “*Project Finance*” no II Curso Pós-Graduado em *Corporate Finance*, realizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (17 de dezembro de 2015).
53. Intervenção sobre “O novo processo de massa urgente e o regime dos processos em massa” em “Curso sobre a revisão do CPTA e do ETAF”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (11 de dezembro de 2015).
54. Responsável pelo Curso de Procedimento Administrativo (revisão do CPA), ministrado no Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (10 a 15 de dezembro de 2015).
55. Responsável por dois cursos sobre Contencioso Administrativo (revisão do CPTA e do ETAF), ministrados no INA (novembro e dezembro de 2015).
56. Juiz do *Moot Court* de Direito Administrativo realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizado pelo Gabinete da Produção e Formação Jurídica e Apoio à Atividade Editorial da AAFDL e a Sociedade de Debates Académicos de Lisboa (12 de novembro de 2015).
57. Intervenção sobre “conferências procedimentais, acordos endoprocedimentais e auxílio administrativo”, em formação organizada pela MLGTS para a AICEP sobre a revisão do CPA (11 de novembro de 2015).
58. Intervenção sobre “*The fair trial principle in the European Court of Human Rights’ case-law*”, na conferência “Os Direitos Humanos na Europa: problemas contemporâneos”, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (4 de novembro de 2015).
59. Intervenção sobre “Simplificação Administrativa no CPA” no curso “Revisão do Código do Procedimento Administrativo” (3.<sup>a</sup> edição), organizado pelo

Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (10 de julho de 2015).

60. Responsável pelo Curso em Legística Material e Formal para o Banco de Moçambique, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Maputo (29 de junho a 3 de julho de 2015).
61. Intervenção sobre “Pluralidade de partes e de pedidos e processos em massa”, no Curso de Pós-Graduação “Patrocínio Judiciário e representação do Estado em juízo”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (25 de junho de 2015).
62. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Patrocínio Judiciário e representação do Estado em juízo”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio a julho de 2015).
63. Intervenção sobre “Simplificação Administrativa no CPA” na IX Conferência Jurídica/Novos Rumos do Direito Administrativo, organizada pelo Departamento de Ciências Jurídicas – Instituto Politécnico de Leiria (27 de maio de 2015).
64. Intervenção sobre “*Project Finance*” no I Curso Pós-Graduado em Corporate Finance, realizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (26 de maio de 2015).
65. Intervenção sobre “*Equality of Arms as a Standard for Fair Trials*” no “*Seminar on Human Rights and Access to Justice in the EU*”, organizado pela “*European Judicial Training Network*” em Vilnius, Lituânia (15 de maio de 2015).
66. Intervenção sobre “O regime do licenciamento Zero” em curso de Pós-Graduação “Direito do Urbanismo e da Construção”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Faro (8 de maio de 2015).

67. Intervenção sobre “O regime extraordinário de regularização de indústrias e de outras atividades económicas” em curso de Pós-Graduação “Direito do Urbanismo e da Construção”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Faro (8 de maio de 2015).
68. Intervenção sobre “Licenças para transferência de produtos militares, importação e exportação, o regime do Certificado de Utilizador Final” (com a Dra. Carolina Melo Duarte), no curso de pós-graduação sobre “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (30 de abril de 2015).
69. Intervenção sobre “Simplificação Administrativa no CPA” no curso “Revisão do Código do Procedimento Administrativo” (2.ª edição), organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (24 de abril de 2015).
70. Intervenção sobre “Acesso à atividade empresarial na área da Defesa: licenças e credenciação” (com o Almirante Torres Sobral, Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança), no curso de pós-graduação sobre “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (23 de abril de 2015).
71. Participação no debate público “Segurança Interna e Justiça”, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional, em Braga, no âmbito do ciclo de debates públicos “Ter Estado” (24 de março de 2015).
72. Intervenção sobre “Simplificação Administrativa no CPA” no curso “Revisão do Código do Procedimento Administrativo (1.ª edição), organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (20 de março de 2015).
73. Intervenção sobre “Instrumentos de simplificação administrativa no RJUE” na conferência “O impacto da revisão do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação na gestão urbanística municipal” organizada pelo Instituto de

Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na CCDR Algarve, em Faro (6 de março de 2015).

74. Intervenção sobre “*Better Regulation* e simplificação administrativa” na conferência “Simplificação Administrativa e Regulatória”, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (4 de fevereiro de 2015).
75. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Direito da Defesa Nacional”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (janeiro a maio de 2015).
76. Intervenção sobre “Que rumos estratégicos para o Estado Português? (simplificação administrativa, e-gov e contratação pública eletrónica)”, no 8.º Congresso de Contratação Pública Eletrónica, organizado pela Associação Portuguesa de Mercados Públicos (17 de dezembro de 2014).
77. Intervenção sobre “*Ombudsman: protection of the rights of minorities in Portugal and best international practices*”, organizada no contexto da *EU initiative for the rule of law in Central Asia* em Ashgabat, Turquemenistão (8 de dezembro de 2014).
78. Intervenção sobre “A declaração de nulidade, a anulação e a revogação na revisão do CPA”, realizada em sessão de formação sobre o Código de procedimento Administrativo pelo Centro de Estudos Judiciários (6 e 7 de novembro de 2014).
79. Intervenção sobre “*Enforcement of courts’ decisions: best practices*” na “*4th Conference of the Ministers of Justice of the EU and Central Asia*”, organizada no contexto da *EU initiative for the rule of law in Central Asia* em Astana, Cazaquistão (14 e 15 de outubro de 2014).
80. Intervenção sobre “Instrumentos de simplificação administrativa no RJUE” na conferência “A revisão do regime jurídico da urbanização e da edificação” organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (outubro de 2014).

81. Intervenção sobre “Arbitragem administrativa: potencialidades por explorar” na conferência “Arbitragem e mediação administrativa: um desafio lançado ao contencioso administrativo português, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa (setembro de 2014).
82. Co-coordenador da conferência “A arbitragem em Direito Público em Portugal e Angola numa perspetiva comparada”, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (setembro de 2014).
83. Intervenção sobre “*Streamlining the governmental legislative procedure*” na *11th bi-annual IAL/KLRI conference*, organizada pela *International Association of Legislation* e pelo *Korean Legislation Research Institute* em Seul, Coreia do Sul (setembro de 2014).
84. Intervenção sobre “A reabilitação urbana em Portugal: fator de competitividade para a economia” na conferência “Reabilitação Urbana, Presente e Futuro”, organizada pela Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (julho de 2014).
85. Intervenção sobre “Pluralidade de partes e de pedidos e processos em massa”, no Curso de Pós-Graduação “Patrocínio Judiciário e representação do Estado em juízo”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (junho de 2014).
86. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Patrocínio Judiciário e representação do Estado em juízo”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio a julho de 2014).
87. Intervenção sobre “O procedimento de massa urgente no anteprojeto de alteração do CPTA” realizada na conferência “A reforma do direito processual administrativo”, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (9 de abril de 2014).

88. Intervenção como comentador da intervenção de Lorde Curry (*Chairman of the Better Regulation Executive*) na conferência “*Better Regulation – a experiência britânica*”, organizada pelo Governo de Portugal, Universidade Católica Portuguesa, Embaixada Britânica em Lisboa e Católica Research Centre for the Future of Law (25 de março de 2014).
89. Intervenção sobre “Políticas Públicas na Justiça: o que queremos?”, no Fórum das Políticas Públicas organizado pelo ISCTE – IUL (20 de março de 2014).
90. Intervenção sobre “O processo de constituição de fundações”, no Curso de Pós-Graduação “Direito Fundacional Público/Nova Lei Quadro das Fundações”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (14 de fevereiro de 2014).
91. Intervenção sobre “Simplificação legislativa e SIMPLEGIS em Portugal” na conferência “A recensão, simplificação e adaptação do ordenamento jurídico”, organizada pela Direção dos Serviços de Assuntos de Justiça da Região Administrativa Especial de Macau, em Macau (18 de novembro de 2013).
92. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Direito Público Angolano para Investidores e Juristas”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (outubro e novembro de 2013).
93. Intervenção sobre “A decisão no anteprojeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo” no XV Seminário de Justiça Administrativa, organizado pelo CEJUR e pelos Cadernos de Justiça Administrativa (julho de 2013).
94. Intervenção sobre “Procedimento administrativo no anteprojeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo” em debate sobre o anteprojeto de Revisão do Código do Procedimento Administrativo, realizado pela sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (junho de 2013).

95. Intervenção sobre “Que futuro?” na Conferência “Justiça Económica em Portugal”, organizada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, com a colaboração da Associação Comercial de Lisboa (junho de 2013).
96. Intervenção sobre “O contencioso dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas”, no Curso de Pós-Graduação “Direito do Urbanismo e da Construção”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (abril de 2013).
97. Discussant do tema *From standards for legislation to standards of drafting - common ground for legislative drafting* na *workshop Common quality standards for legislation in different legal traditions as an inspiration for legal reform*, organizada pela *International Association of Legislation*, pela *Commonwealth Association of Legislative Counsel* e pelo *Korean Legislation Research Institute* na Cidade do Cabo, África do Sul (abril de 2013).
98. Intervenção sobre “A aplicação do regime do licenciamento zero às atividades turísticas”, no Curso de Pós-Graduação “Direito do Turismo”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (março de 2013).
99. Co-coordenador da Conferência “Reabilitação Urbana: oportunidades do novo regime jurídico”, realizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (7 e 8 de março de 2013).
100. Intervenção sobre “Atividades de recreio” no Curso de pós-graduação “Direito Administrativo do Mar”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (dezembro de 2012).
101. Intervenção sobre “Políticas Públicas de Simplificação Normativa” no “VII Curso Avançado de Especialização em Teoria da Legislação e Legística para quadros superiores da Direção Geral de Política da Justiça”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em colaboração com a Direção Geral de Política da Justiça do Ministério da Justiça (novembro 2012).

102. Intervenção sobre “O procedimento legislativo governamental: a conceção preparação e controlo intra-ministerial dos anteprojetos de decreto-lei e das propostas de lei (II) e a aprovação dos diplomas em Conselho de Ministros” no “VII Curso Avançado de Especialização em Teoria da Legislação e Legística” para quadros superiores da Direção Geral de Política da Justiça, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em colaboração com a Direção Geral de Política da Justiça do Ministério da Justiça (novembro 2012).
103. Intervenção sobre “Pluralidade de partes e de pedidos e processos em massa”, no Curso de Pós-Graduação “Patrocínio Judiciário e representação do Estado em juízo”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (junho de 2012).
104. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Patrocínio Judiciário e representação do Estado em juízo”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio e junho de 2012).
105. Intervenção sobre “Ação Executiva: ponto de situação” no “Fórum de Direito Executivo”, organizado pela Delegação de Vila Franca de Xira do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (junho de 2012).
106. Intervenção sobre “Licenças, autorizações, comunicações prévias e outros atos permissivos”, no Curso de Pós-Graduação “Licenças e Atividades Económicas: “Licenciamento ZERO” e “Diretiva de Serviços”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio e junho de 2012).
107. Co-coordenador do Curso de Pós-Graduação “Licenças e Atividades Económicas: “Licenciamento ZERO” e “Diretiva de Serviços”, realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio e junho de 2012).
108. Intervenção sobre “Os Projetos em Matéria de Reabilitação Urbana”, na Conferência “Reabilitação Urbana e Arrendamento: oportunidades do novo

regime jurídico”, realizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (17 e 18 de maio de 2012).

109. Co-coordenador da Conferência “Reabilitação Urbana e Arrendamento: oportunidades do novo regime jurídico”, realizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (17 e 18 de maio de 2012).
110. Intervenção sobre o “O estado da ação executiva e a sua relevância para o crescimento económico”, na conferência “Os pilares da eficácia da cobrança de dívidas”, organizada pela Comissão para a Eficácia das Execuções e pela Delegação de Loures do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (9 de março de 2012).
111. Intervenção sobre “Como agilizar a Justiça e aumentar a sua capacidade de resposta”, na conferência “A prescrição da Justiça”, organizada pelo Observatório da Imprensa e a Representação da Comissão Europeia em Portugal (5 de março de 2012).
112. Intervenção sobre o “A diminuição da litigância e da pendência nos tribunais ameaça os direitos e as garantias dos cidadãos?”, no Fórum das Políticas Públicas promovido pelo ISCTE – IUL (16 de fevereiro de 2012).
113. Dezenas de intervenções em colóquios e conferências realizadas enquanto Secretário de Estado da Justiça e Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, designadamente em matéria de simplificação administrativa e processual, better regulation, logística, contencioso administrativo, processo civil, resolução alternativa de litígios, reabilitação urbana e simplificação dos registos, notariado e propriedade industrial (2005-2011).
114. Intervenção sobre “A Informatização do Procedimento Administrativo” no “Curso de Pós-Graduado de Atualização em Procedimento Administrativo”, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio de 2011).

115. Intervenção sobre “Da Admissibilidade da Restrição Temporal de Efeitos das Decisões de Inconstitucionalidade em Controlo Concreto” no “Congresso Luso-Brasileiro de Direito Constitucional - Perspetivas de Reforma do Direito Constitucional em Portugal e no Brasil” (abril de 2010).
116. Intervenção sobre “Mecanismos de Agilização Processual” em pós-graduação sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pela Universidade Católica Portuguesa - Porto (fevereiro 2005).
117. Intervenção sobre “O Código de Processo nos Tribunais Administrativos” em conferência sobre “Reformas Legislativas em Curso”, organizada pela Vida Económica e pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (fevereiro de 2005).
118. Conferência sobre “Audição dos Destinatários e Interessados, Negociação e Discussão Pública dos Diplomas Legislativos” em colóquio sobre “A Qualidade da Legislação”, organizado pela Assembleia da República (janeiro de 2005).
119. Formador de seminários de actualização sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pelo Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança (dezembro 2004).
120. Formador de seminários sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pela Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (novembro 2004).
121. Formador em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto Nacional de Administração para dirigentes e funcionários da Inspeção-Geral de Jogos (outubro de 2004).
122. Formador do Seminário “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (outubro 2004)
123. Intervenção sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, em conferência organizada pela Ordem dos Advogados, em Aveiro (outubro 2004).

124. Intervenção sobre “*Project Finance* e Contratos Públicos” em Curso de Verão sobre “Os Contratos Públicos no Direito Comunitário e no Direito Português”, organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (julho 2004).
125. Formador em seminários sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho (junho e julho de 2004).
126. Intervenção sobre “O Novo Contencioso Administrativo e a Administração Pública” em formação organizada pela Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social (junho de 2004).
127. Formador em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto Nacional de Administração para dirigentes e funcionários da Administração Regional da Região Autónoma da Madeira (junho de 2004).
128. Formador em seminário sobre “Legística e redação de atos normativos”, em Luanda, para deputados e funcionários da Assembleia Nacional de Angola, no âmbito da cooperação entre esta Assembleia e a Assembleia da República (junho de 2004).
129. Intervenção sobre “Audição, Negociação e Discussão Pública dos Anteprojetos de Diplomas Legislativos” no “I Curso de Pós-Graduação em Legística e Ciências da Legislação”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (maio de 2004).
130. Intervenção sobre “Os aspetos inovadores da Reforma do Contencioso Administrativo”, na conferência “O Novo Contencioso Administrativo”, organizada pela NPF (maio 2004).
131. Formador em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, para dirigentes e funcionários da Universidade Nova de Lisboa (maio de 2004).

132. Formador em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pela Universidade Católica Portuguesa, para a Inspeção-Geral de Educação (maio de 2004).
133. Intervenção sobre “Meios Processuais Principais, Processo Executivo e Recursos” em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (maio de 2004).
134. Formador em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto Nacional de Administração para dirigentes e funcionários da Inspeção-Geral de Jogos (maio de 2004).
135. Intervenção sobre “A Reforma da Administração Pública”, em colóquio organizado pela Universidade de Coimbra, Comissão Nacional de Alunos de Administração Pública e Comissão Instaladora do Núcleo de Estudantes de Administração Pública (abril de 2004).
136. Intervenção sobre a “Ação Administrativa Comum” no curso de pós-graduação sobre “Práticas Processuais e Forenses”, organizado pelo Pólo de Setúbal da Universidade Moderna (março e abril de 2004).
137. Formador em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pela Direção-Geral dos Impostos (abril de 2004).
138. Intervenção sobre “A Reforma da Ação Executiva: Visão crítica”, na conferência A Reforma da Ação Executiva, organizada pela NPF (março 2004).
139. Formador em seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo – reflexos para a Administração Pública”, para dirigentes do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (março de 2004).
140. Formador do Seminário “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (março 2004)
141. Formador do Seminário “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (março 2004).

142. Formador em seminários sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pelo Instituto Nacional de Administração para a Câmara Municipal de Lisboa (fevereiro e março de 2004).
143. Intervenção sobre “Considerações Gerais sobre a Reforma do Contencioso Administrativo” na conferência “A Reforma do Contencioso Administrativo”, organizada pela Vida Económica e Ordem dos Advogados (fevereiro 2004).
144. Intervenção sobre “Meios Processuais Principais no Novo Contencioso Administrativo”, em conferência organizada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e Universidade Católica Portuguesa (fevereiro 2004).
145. Formador em seminários sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pelo Ministério da Saúde (fevereiro de 2004).
146. Formador em seminários sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho (janeiro e fevereiro de 2004).
147. Conferência sobre “Administração Pública e Reforma do Contencioso Administrativo” a chefias da Polícia de Segurança Pública (janeiro 2004)
148. Intervenção sobre “Arbitragem e Processo Administrativo”, no 1.º Curso sobre Estudos Processuais e Jurisdição, organizado pelo PROJURIS, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (dezembro 2003).
149. Formação ministrada a advogados sobre “A Reforma do Contencioso Administrativo”, organizada pela Delegação de Setúbal do Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados (dezembro 2003).
150. Intervenção sobre “Modelos de Gestão no DIAP”, em conferência organizada por ocasião do respetivo aniversário (dezembro 2003).
151. Intervenções sobre “Mecanismos de Agilização Processual” em Pós-Graduação sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pela Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa e no Porto (dezembro 2003).

152. Formador em seminários sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pela Direção-Geral dos Impostos (novembro 2003, janeiro 2004 e fevereiro de 2004).
153. Formador de seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (novembro 2003).
154. Intervenção sobre “Mecanismos de Agilização Processual”, em conferência sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Tribunal Administrativo e Tributário do Funchal e a Ordem dos Advogados, no Funchal (novembro 2003).
155. Intervenção sobre “Meios Processuais Principais no Novo Contencioso Administrativo”, em conferência organizada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (novembro 2003).
156. Intervenção sobre “A Ação Administrativa Especial, a Ação Administrativa Comum e a Execução de Sentenças no Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo INA, na Inspeção Geral de Educação (outubro 2003).
157. Formador do seminário sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional (outubro 2003).
158. Formador de seminários sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizados pela Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (julho e novembro 2003).
159. Intervenção sobre “A Reforma da Ação Executiva: Traços gerais, metodologia e execução” na conferência “A Reforma da Ação Executiva”, organizada pela NPF (outubro 2003).
160. Intervenção sobre “O Novo Contencioso Administrativo e a Administração Pública” no VI Seminário dos Eleitos Locais, organizado pela Direção Regional de Organização e Administração Pública da Região Autónoma dos Açores (setembro 2003).

161. Intervenção sobre “A metodologia e execução da Reforma do Contencioso Administrativo” no Curso de Verão de Direito Público sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (julho 2003).
162. Intervenção sobre “Os aspetos inovadores da Reforma do Contencioso Administrativo, especialmente o âmbito da jurisdição e a competência dos tribunais administrativos”, na conferência “O Novo Contencioso Administrativo”, organizada pela NPF (julho 2003).
163. Formador do seminário “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pela Direção Regional de Organização e Administração Pública do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores (junho 2003).
164. Intervenções sobre “Mecanismos de Agilização Processual” em pós-graduação sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pela Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa e no Porto (maio e junho 2003).
165. Formador do Seminário “O Novo Contencioso Administrativo”, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (maio 2003).
166. Intervenções sobre “Metodologia e Execução da Reforma do Contencioso Administrativo e a Ação Administrativa Comum” no “Curso de Pós-Graduação sobre Práticas Processuais e Forenses”, organizado pelo Pólo de Setúbal da Universidade Moderna (abril 2003).
167. Formador de “Introdução ao Direito em geral e ao Direito Administrativo, em especial”, no “Curso de Pós-Graduação em Administração e Gestão Escolar”, organizado pelo Instituto de Superior de Educação e Ciências (abril 2003).
168. Intervenção sobre “Mecanismos de Agilização Processual” em colóquio sobre “A Reforma do Contencioso Administrativo”, organizado pelo Conselho Distrital de Faro da Ordem dos Advogados (abril 2003).
169. Intervenção sobre “A Reforma da Ação Executiva: Traços gerais, metodologia e execução” na conferência “A Reforma da Ação Executiva”,

organizada pela Vida Judiciária, em cooperação com o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (abril 2003).

170. Formador de “Processo Administrativo” no “Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais” (março 2003).
171. Intervenção sobre “As principais linhas orientadoras da Reforma do Contencioso Administrativo” na conferência “O Novo Contencioso Administrativo”, organizada pela NPF, em Lisboa (dezembro 2002).
172. Intervenção sobre “Considerações Gerais sobre a Reforma do Contencioso Administrativo” na conferência “A Reforma do Contencioso Administrativo”, organizada pela Vida Económica, no Porto (novembro 2002).
173. Intervenção sobre “A metodologia e execução na Reforma do Contencioso Administrativo” na disciplina de “Contencioso Administrativo” em curso de doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (novembro 2002).
174. Intervenção sobre “Considerações Gerais sobre a Reforma do Contencioso Administrativo” na conferência “A Reforma do Contencioso Administrativo”, organizada pela Vida Económica, em Lisboa (outubro 2002).
175. Intervenção sobre “*Saisie bancaire en droit portugais: l’actuel régime et la réforme des voies d’exécution*”, no colóquio “*L’aménagement du droit de l’exécution dans l’espace communautaire: Bientôt les premiers instruments*”, em Paris, organizado pela *Union Internationale des Huissiers de Justice* (outubro 2002).
176. Formação ministrada a advogados sobre “A Reforma do Contencioso Administrativo”, organizada pelo Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados (outubro 2002).
177. Intervenção sobre “O planeamento e o controlo de custos na Justiça” no colóquio “Os Custos da Justiça”, organizado pela PROJURIS (setembro 2002).

178. Intervenção sobre “A metodologia e execução da Reforma do Contencioso Administrativo” no Curso de Verão de Direito Público sobre “O Novo Contencioso Administrativo”, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (julho 2002).
179. Intervenção sobre “As principais linhas orientadoras da Reforma do Contencioso Administrativo” na conferência “A Reforma do Contencioso Administrativo – Nova relação do Estado com as empresas e os particulares”, organizada pela Económica Conferências (maio 2002).
180. Intervenção sobre “A reforma do regime comunitário sobre a contratação pública” no colóquio “*Public procurement: European perspectives, national implementation and remedies*”, organizado pela *Europäische Rechtsakademie Trier* (abril 2002).
181. Intervenção em diversos colóquios e reuniões no âmbito da discussão pública da Reforma do Contencioso Administrativo, da Ação Executiva e do Modelo de Gestão de Tribunais.
182. Intervenção sobre “Aspetos recentes da Hot Pursuit” no colóquio “Por mares nunca dantes navegados: Portugal e a aplicação da Convenção de Montego Bay”, organizado pelo Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Instituto de Promoção Ambiental (2001).
183. Juiz da semi-final de Lisboa do concurso *European Law Moot Court Competititon* (2001).
184. Formação ministrada aos funcionários da Universidade de Lisboa em “Noções básicas de Direito e de Direito Administrativo”, promovida pela Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas (outubro 2000).
185. Participação na *3rd Workshop of Parliamentary Scholars and Parliamentarians* em Wroxton, Oxfordshire, organizado pelo *Department of Politics da University of Hull* (agosto de 1998).

186. Participação nas semi-finais da Jessup International Moot Court Competition, em Washington, DC (1994).

## **VII. OUTRAS ATIVIDADES PÚBLICAS E ASSOCIATIVAS**

1. Presidente da Assembleia de Freguesia da Estrela desde final de 2013.
2. Representante dos estudantes no Senado Universitário da Universidade de Lisboa durante o ano letivo de 1993/94.
3. Representante dos estudantes na Assembleia dos Representantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa durante os anos letivos de 1990/1991 e 1993/94.
4. Representante dos estudantes no Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa durante o ano letivo de 1990/91.
5. Membro da Comissão Diretiva da Comissão de Finalistas do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1989/94.
6. Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Estudantes da Escola Secundária D. João de Castro durante o ano letivo de 1985/86.